



## Entre pessoas: sobre a possibilidade de uma epistemologia da conversação

*Among people: on the possibility of an epistemology of conversation*

Waldomiro J. Silva Filho\*  
waldojsf@ufba.br

Recebido em: 17/05/2022.

Aprovado em: 13/06/2022.

Publicado em: 30/08/2022.

**Resumo:** Este artigo argumenta que uma Epistemologia da Conversação deve ser compreendida como um campo da Epistemologia Social que se dedica a investigar as normas estritamente epistêmicas que regem a interação entre duas ou mais pessoas acerca de suas crenças e outros estados epistêmicos. Uma definição elementar de conversação é: um ato comunicativo cooperativo nos quais os participantes assumem propósitos comuns e o compromisso de contribuir com declarações (asserções) relevantes. Partindo dessa definição elementar, o artigo apresenta quatro temas que deveriam ser considerados por uma Epistemologia da Conversação: a) que o desacordo é um motivo relevante para a conversação; b) que a conversação é um meio ou método de investigação em casos de desacordo entre pares; c) que as virtudes esperadas dos participantes são virtudes epistêmicas; e d) que qualquer resultado de uma conversação realizará um bem epistêmico.

**Palavras-chave:** Conversação. Cooperação Epistêmica. Desacordo. Testemunho.

**Abstract:** *This paper discusses that an Epistemology of Conversation should be understood as a field of Social Epistemology that is devoted to investigating the strictly epistemic norms that govern the interaction between two or more people about their beliefs and other epistemic states. An elementary definition of conversation is: a cooperative communicative act in which participants assume common purposes and commit themselves to contribute relevant statements (assertions). Starting from this elementary definition, I present four issues that should be considered by an Epistemology of Conversation: a) that disagreement is a relevant motivation for conversation; b) that conversation is a means or method of inquiry in cases of disagreement between peers; c) that the expected virtues of participants are epistemic virtues; and d) that any outcome of a conversation will realize an epistemic good.*

**Keywords:** *Conversation. Disagreement. Epistemic Cooperation. Testimony.*

### 1 Introdução

Neste ensaio, eu apresento quatro considerações sobre aquilo que, na minha opinião, deveria estar presente em uma Epistemologia da Conversação. Antes de qualquer coisa, penso que uma Epistemologia da Conversação é um campo da Epistemologia Social que se dedica a investigar as normas estritamente epistêmicas que devem reger a interação entre duas ou mais pessoas acerca de uma proposição alvo (ou de um conjunto de proposições alvo) relevante para elas.

Para os limites deste ensaio, por conversa ou conversação estou partindo da seguinte *definição* elementar (DE):



Artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

\* Professor titular de Filosofia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador do CNPq. Salvador, Bahia, Brasil.

(DE) *Uma conversação é uma interação linguística entre duas ou mais pessoas com o objetivo de realizar intercâmbios epistêmicos.*

Para que uma conversa ocorra nos termos de (DE), espera-se que o envolvimento dos participantes seja motivado por propósitos epistêmicos comuns como, *e.g.*, oferecer e obter informações, transmitir e gerar conhecimento, esclarecer uma dúvida, criticar uma opinião, justificar ou revisar uma crença e assim por diante.

Mesmo que (DE) circule entre epistemólogos e não-epistemólogos como um evento humano comum, a Epistemologia da Conversação ainda não é campo claramente circunscrito. A minha proposta é que uma Epistemologia da Conversação deve se ocupar, entre outros assuntos, de pelo menos quatro aspectos de uma conversação: a) que o *desacordo* epistêmico entre pares pode ser um motivo relevante para a conversação; b) que a conversação é um meio ou método de investigação em casos de desacordo entre pares; c) que as virtudes esperadas dos participantes da conversação são virtudes intelectuais; e d) que qualquer resultado de uma conversação racionalmente conduzida realizará um bem epistêmico.

## 2 Conversação e conhecimento

Tradicionalmente, a epistemologia esteve centrada na investigação dos processos cognitivos do sujeito individual na formação dos seus estados doxásticos, como o conhecimento e a crença justificada, em cenários independentes do contexto social. A Epistemologia Social (GOLDMAN; WHITCOMB, 2011), por sua vez, está centrada na investigação da relação entre as interações e sistemas sociais e a formação e transmissão do conhecimento e outras realizações epistêmicas como justificação, entendimento, explicação. Entre os campos de investigação próprios à Epistemologia Social estão: (i) o problema da formação e a justificação epistêmica baseada no *testemunho* ou na palavra dos outros; (ii) o problema do *desacordo* entre pares epistêmicos; e (iii) a avaliação da qualidade epistêmica de atitudes doxásticas de *grupos*.

Eu sugiro que uma Epistemologia da Conversação deve ser compreendida como um campo da Epistemologia Social que se dedica a investigar as normas estritamente epistêmicas que regem a interação entre duas ou mais pessoas acerca de suas crenças e outros estados epistêmicos. Nesse sentido, uma Epistemologia da Conversação integra aspectos dos problemas do *testemunho* (LACKEY; SOSA, 2006; MORAN, 2018), do *desacordo* (FELDMAN; WARFIELD, 2010; CHRISTENSEN; LACKEY, 2013; FRANCES, 2014) e da vida epistêmica de grupos (COLLINS, 2019; LAKEY, 2021).

Como ponto de partida, vou considerar por *conversação* o ato ou evento social no qual duas ou mais pessoas apresentam seus estados epistêmicos atuais acerca do mundo por meio de atos linguísticos específicos como “declarações”. Esse ato ou evento pode obedecer a um princípio básico que eu chamo de *Princípio de Grice* (PG):

(PG) *Conversas são atos comunicativos cooperativos nos quais os participantes assumem propósitos comuns e contraem o compromisso de contribuir com declarações (asserções) relevantes.*

Desse modo, eu entendo a conversação como uma performance epistêmica caracteristicamente *cooperativa* que envolve um conjunto específico de compromissos epistêmicos dos participantes. Nesses termos, a conversação é tanto uma *fonte* de estados epistêmicos quanto um *meio de investigação* através do qual uma pessoa visa realizações ou bens epistêmicos. Quando eu falo sobre estados e realizações epistêmicas, estou me referindo a estados e realizações como crenças verdadeiras, conhecimento, entendimento etc. Quando eu falo de *formação* de estados epistêmicos, eu quero dizer que, além da percepção, da memória, do raciocínio e do testemunho, a conversação pode ser uma fonte dos estados epistêmicos de uma pessoa.

### 3 Conversação e cooperação epistêmica

Que nós dependemos epistemicamente uns dos outros é uma espécie de truísmo entre os epistemólogos contemporâneos. Entretanto, quase sempre entendemos essa cooperação epistêmica no sentido de que, para conhecermos amplas porções do mundo, nós dependemos de *informantes confiáveis* que nos *transmitem* informações relevantes e majoritariamente verdadeiras. Edward Craig (1990) chama de *estado de natureza* aquilo que seria a condição para que indivíduos se organizem coletivamente para garantir a sua sobrevivência: eles compartilham necessidades básicas e cooperam. Dado o estado de natureza, parte dessas necessidades básicas é epistêmica, isto é, a necessidade que implica compartilhar crenças verdadeiras (e evitar as crenças falsas) como mecanismo de sobrevivência.

Michael Welbourne (1981, p. 303) fala em *comunidade de conhecimento*. Para ele, uma comunidade epistêmica é a garantia para que possamos nos envolver em “atos de transmissão e recepção de conhecimento”, atos que os membros da comunidade “podem ampliar e cimentar a comunidade”. Os agentes compartilham um horizonte epistêmico comum de temas, vocabulários, técnicas de coleta de informações e verificação. Mas também é o caso de que pessoas, que estejam separadas pela linguagem e pelo espaço, também possam ser bem-sucedidas na transmissão e na recepção de informação. Para isso, é necessário que os participantes da comunidade sejam capazes de fazer suposições de conhecimento em comum.

De fato, para a Epistemologia Social, as realizações epistêmicas são *realizações cooperativas*. Isso, de certo modo, abre o caminho para a investigação sobre os arranjos societários e políticos como o contexto objetivo dos processos epistêmicos. Mais recentemente, houve um crescimento de estudos sobre a *epistemologia da política* e, mais especificamente, sobre a *epistemologia da democracia* que tratam da formação e distribuição de crenças no ambiente político (JOHNSON, 2018; BRONCANO-BERROCAL; CARTER, 2021; EDENBERG; HANNON, 2021; HANNON; RIDDER, 2021; TANESINI; LYNCH, 2021). Esse crescimento do interesse pela política, especialmente pela democracia, é um estímulo para investigarmos as normas e a dinâmica da conversação. Isso porque parece que uma das características necessárias do modo de vida democrático está associada ao fato de que os agentes políticos não podem renunciar à força das palavras e ao jogo aberto e indeterminado da disputa por razões no ambiente do diálogo, da conversa baseada em argumentos.

Assim como a capacidade de emitir e receber declarações é uma capacidade básica para alguém ser um falante, a capacidade para participar de uma conversa cívica diz respeito a uma capacidade básica do jogo da política: substituir a violência pelo poder da fala e, com isso, estar apto para debater frente ao auditório humano, conceber o oponente como um igual e se guiar por propósitos epistêmicos comuns. Por isso, alguns temas têm ocupado a pauta do debate epistemológico no rastro das novas configurações culturais atuais, como “polarização”, “silenciamento”, “corrosão da dinâmica de difusão do conhecimento” e outros formar que obstaculizam a transmissão e partilha do conhecimento etc. (HANNON; RIDDER, 2021).

A publicação de *Conversational Pressure* de Sanford Goldberg (2020) é um marco importante para uma Epistemologia da Conversação, pois ele explora diretamente o fenômeno epistêmico da conversação. Goldberg está ocupado principalmente com as *constrições e regulações* que são geradas pelas próprias performances de alguns atos linguísticos, como asserções, declarações, testemunhos, relatos e outros atos semelhantes que envolvam “dizer algo” e com o qual o falante e o ouvinte se comprometem (GOLDBERG, 2020, p. 2).

Esse movimento na Epistemologia Social indica a relevância do campo de estudos dos problemas associados à natureza, norma e efeitos epistêmicos do intercâmbio conversacional.

## 4 A conversação e o Princípio de Grice

Para compreendermos a natureza, norma e efeitos epistêmicos da conversação, eu sugiro que devemos pensar em dois aspectos da cooperação epistêmica: a *assertibilidade* e a *conversação*. De um lado, é necessário estabelecer qual é (a) a norma da cooperação epistêmica baseada na comunicação dos estados epistêmicos de uma pessoa acerca do mundo ou simplesmente da *norma da asserção*<sup>1</sup> e (b) a natureza das trocas ou intercâmbios dialógicos epistêmicos acerca do mundo entre duas ou mais pessoas ou simplesmente a *norma da conversação*.

O que quer que encontremos na investigação sobre (a) irá contribuir para (b) uma vez que uma conversação é um caso em que duas ou mais pessoas comunicam seus estados a outrem. Do mesmo modo, (b) diz respeito precisamente às expectativas e demandas epistêmicas que as pessoas nutrem (fazem) umas em relação às outras no contexto de uma troca linguística.

Acerca de (a), da *norma da asserção*, é importante deixar claro que existem infinitas formas de interação linguística entre pessoas e a maioria delas não envolve necessariamente objetivos epistêmicos. Assim, o tipo de conversação que interessa a este artigo é uma interação linguística na qual os participantes fazem “declarações”. Para John Searle (1979, p. 1-29), as declarações integram uma das categorias básicas dos *atos de fala ilocucionários*. É um ato ilocucionário aquele ato linguístico praticado por um falante que profere uma frase gramatical com significado que visa a ser bem-sucedido na sua intenção de expressar uma *promessa, ordem, pedido* etc. Com esse ato, o falante também se compromete com o que ele expressa com o ato de *prometer, ordenar, solicitar* e assim por diante. No caso específico das declarações ou asserções (ou ato ilocucionário assertivo), o falante, como eu disse acima, se compromete com a verdade da frase proferida. Searle (1979, p. 12) escreve:

O propósito dos membros da classe assertiva é o de comprometer o falante (em diferentes graus) com o fato de algo ser o caso, com a verdade da proposição expressa. Todos os membros da classe são avaliáveis na dimensão de avaliação que inclui o *verdadeiro* e o *falso*.

O critério de avaliação da frase é o ajuste “palavra-mundo” e o estado expresso é a “crença que *p*”, ou seja, com a frase declarada, o falante diz para o seu interlocutor que ele acredita (a) que *p*, (b) que *p* é o *caso* e (c) que *p* é *verdade*. A asserção tem um papel crucial na economia cognitiva dos agentes e na possibilidade da cooperação epistêmica.

Acerca de (b), a *norma da conversação*, eu sugiro que podemos partir da ideia de uma *definição elementar* de conversação como está a seguir: *uma conversação é uma interação linguística entre duas ou mais pessoas com o objetivo de transmitir seus estados epistêmicos*.

Uma elaboração filosófica dessa definição elementar pode estar em Paul Grice<sup>2</sup> (1989). Ele escreve:

Nossas conversas [*talk exchanges*] normalmente não consistem de uma sucessão de observações desconexas, e não seria racional se elas o fossem. Elas são caracteristicamente, pelo menos até certo ponto, esforços cooperativos; e cada participante reconhece nelas, até certo ponto, um propósito ou conjunto de propósitos comuns, ou pelo menos uma direção mutuamente aceita (...). [E]m cada estágio, alguns possíveis movimentos de conversação seriam excluídos como conversacionalmente inadequados. Poderíamos então formular um princípio geral rudimentar que os participantes deverão observar (*ceteris paribus*), a saber: faça sua contribuição de conversação tal como é exigida, no estágio em que ela ocorre, pelo

1 Há uma literatura consolidada sobre esse ponto. Ver, por exemplo, S. Goldberg (2015) e McKinnon (2015).

2 Eu agradeço ao meu orientando, Daniel Ramos, a indicação da obra de Paul Grice. Esta é uma prova de que, numa relação dialógica, um estudante pode ensinar tanto quanto o professor.

propósito ou direção aceita da conversa em que você está engajado (GRICE, 1989, p. 26, tradução nossa).

Posto isso, e sem discutir criticamente a teoria de Grice (*e.g.* SPERBER; WILSON, 1986), eu proponho aquilo que chamo de *Princípio de Grice* (PG):

(PG) *Conversas são atos comunicativos cooperativos nos quais os participantes assumem propósitos comuns e contraem o compromisso de contribuir com declarações assertivas relevantes.*

Com isso, estou considerando que, numa conversação, os participantes-falantes, de um lado, têm o direito legítimo básico de esperar que seus interlocutores-ouvintes estejam na posição de confiar nas suas frases como veículos de asserções. Por outro lado, os participantes-ouvintes da conversação contraem o compromisso básico de confiar que as frases dos seus interlocutores-falantes veiculam asserções. Essas posições, é claro, são intercambiáveis. Entre os propósitos comuns nessa forma de interação seguramente existe um *propósito epistêmico*.

Eu acredito que aqui estão postos os elementos mais fundamentais para uma *Epistemologia da Conversação*.

Uma Epistemologia da Conversação deve ser compreendida como um campo da Epistemologia Social que se dedica a investigar as normas estritamente epistêmicas que regem a interação comunicativa entre duas ou mais pessoas acerca de suas crenças e outros estados epistêmicos. Esse campo trata de assuntos como: a transmissão do conhecimento, as competências necessárias para uma pessoa comunicar seus estados epistêmicos, as competências para uma pessoa compreender e receber a comunicação de estados epistêmicos de outra pessoa, os obstáculos para a comunicação epistêmica, silenciamento e injustiça epistêmica e temas de Epistemologia Política, como polarização.

Nas próximas seções eu indico quatro tópicos que tal Epistemologia da Conversação deve considerar: a) que o desacordo é um motivo relevante para a conversação; b) que a conversação é um meio ou método de investigação em casos de desacordo entre pares; c) que as virtudes esperadas dos participantes são virtudes epistêmicas; e d) que qualquer resultado de uma conversação realizará um bem epistêmico.

## 5 O desacordo como motivação para a conversação e a conversação como meio de investigação

Grosso modo, Goldberg (2020) compreende a conversação como envolvendo dois aspectos: um aspecto *interpessoal* e um aspecto *epistêmico*. Por aspecto *interpessoal* ele considera o fato de que a conversação é um ato racional e cooperativo; quando alguém realiza alguns atos linguísticos, como declarar, relatar, afirmar, isso gera expectativas e demandas racionais nos participantes. Por aspecto *epistêmico* ele considera que esses atos implicam no intercâmbio das representações e crenças do falante sobre como o mundo é. Para ele, esse aspecto epistêmico está diretamente associado à Epistemologia do Testemunho (GOLDBERG, 2010), ou seja, como podemos conhecer através da palavra das outras pessoas.

Sem ir ao detalhe dos argumentos de Goldberg e para antecipar meu ponto, quero me concentrar nesse aspecto que parece ser central para uma Epistemologia da Conversação, a saber, o valor epistêmico do testemunho. Com Goldberg também considero que a Epistemologia do Testemunho é essencial para uma Epistemologia da Conversação. Afinal, uma conversa deve ser essencialmente uma forma de intercâmbio de crença e conhecimento que são transmitidos por meio do testemunho dos participantes. Porém, não creio que a principal referência de uma Epistemologia da Conversação seja a *estrutura abstrata* das interações linguístico-epistêmicas entre agentes numa conversação. Eu sugiro que há um outro aspecto que deve ser considerado. Estou me referindo às *motivações epistêmicas que fazem com*

que duas ou mais pessoas comecem ou ingressem em uma conversação e, o que é mais importante, as motivações para que elas permaneçam numa conversação, uma vez que as exigências epistêmicas para uma conversação são elevadas.

Há uma proximidade e uma diferença cruciais entre testemunho e conversação. Semelhante ao *testemunho* que permite que uma pessoa forme uma crença *a partir* da palavra dos outros (COADY, 1994; LACKEY, 2008; GOLDBERG, 2010), a conversa é um *meio cooperativo* de formação de estados epistêmicos. Porém, diferentemente do testemunho, a conversação é uma situação em que as pessoas trocam e disputam informações relevantes em torno de uma proposição alvo e não há apenas a recepção de informações relevantes através da palavra dos outros. Além disso, quando falo que a conversação pode ser um *meio de investigação*, estou afirmando que uma pessoa pode procurar a verdade, o conhecimento ou outra realização epistêmica no processo de trocas conversacionais, especialmente em circunstâncias caracterizadas por desacordos epistêmicos sinceros ou da dúvida sincera acerca do conteúdo ou da verdade de uma proposição. Desse ponto de vista, o diálogo, a conversação, a troca de informações relevantes entre duas ou mais pessoas pode ser um meio para alcançar bens epistêmicos.

Uma pergunta importante é: quais são as motivações epistêmicas para uma conversação? Isto pode ser resumido em uma pergunta: *por que conversar?* É claro que não falo da conversa trivial, mas aquela que envolve as crenças fundamentais dos falantes acerca do mundo. Sobre esse tema, é lugar comum que nós temos crenças adquiridas por inúmeras fontes: que está chovendo, que a água sacia a sede, que Deus existe, que Deus não existe, que o aquecimento global é o resultado da ação humana etc. O caso é que, na dinâmica das nossas vidas sociais, essas crenças podem ser constante e razoavelmente desafiadas. Esse é o cenário dos desacordos epistêmicos.<sup>3</sup> Eu sugiro que as *motivações epistêmicas* para a conversação podem ser abordadas sobre dois aspectos: (A) um motivo epistêmico relevante da conversação pode ser o desacordo epistêmico em torno de uma proposição alvo entre pares epistêmicos e (B) em casos de desacordo legítimo, a conversação entre pares que partilham um objetivo epistêmico comum (ou aproximado) é um meio ou método *cooperativo*<sup>4</sup> de investigação da verdade ou outro bem epistêmico.

No desacordo racional, os interlocutores têm posições divergentes acerca de uma proposição alvo e contraem o direito legítimo de desafiar as crenças do seu interlocutor. Em casos como esse, se os interlocutores, pelo princípio de caridade, são igualmente considerados racionais e têm acesso às mesmas (ou aproximadamente às mesmas) evidências, parece-me que os interlocutores também contraem o direito legítimo de desafiar as nossas crenças. Ademais, todos os participantes contraem o compromisso de, em respeito aos seus interlocutores, examinar igualmente as próprias crenças e as crenças do interlocutor na busca inicial da verdade ou outro bem epistêmico. O desacordo, se for legítimo, significa que alguém (ou ambos) está errado. Considerando que a busca comum é a verdade, ambos não devem ignorar as possibilidades.

No desacordo, aqueles que têm crenças podem (em certas situações *devem*) se envolver no esforço de *apresentar as razões da sua crença*. Em termos mais gerais, chamo de “contexto dos desacordos” a situação na qual uma pessoa, enquanto agente epistêmico, está racionalmente autorizada a discordar de outra pessoa diante das mesmas ou semelhantes evidências e de uma avaliação racional da questão. Nesse contexto, uma pessoa pode se manter fiel à sua própria perspectiva de partida e se sentir autorizada a ter um elevado grau de confiança na sua crença. Porém, o que me interessa são as situações nas quais essa confiança pode ser, de algum modo, abalada pela *palavra da outra pessoa* no caso em que uma pessoa é *sensível* ao desacordo. E isso pode ocorrer com os vários participantes da conversa.

3 Não farei aqui um panorama sobre a noção de desacordo. Há uma farta literatura sobre o assunto. Para uma visão geral, ver Frances (2014).

4 Agradeço ao Prof. Breno R. Guimarães dos Santos por ter me alertado sobre a relevância do tema da “cooperação epistêmica” a partir da sua leitura de Goldberg (2020).

Na tradição epistemológica, entre as motivações para avaliar atitudes epistêmicas estão os desafios céticos no modelo cartesiano (que coloca sob suspeita nossa capacidade de conhecer o mundo exterior). Meu argumento, entretanto, é que a discordância dialógica, o conflito dialético, entre sujeitos que se consideram e se tratam como pares epistêmicos pode ser (às vezes, *deve* ser) uma motivação para a avaliação epistêmica. Eu sugiro que um sentido importante de “conversação”, como um termo amplo e não técnico, seja: *a conversação é uma troca comunicativa interpessoal sobre o tema do desacordo*.

Poderíamos chamar de “conversa dialética” um caso especial de conversa motivado por um conflito de opiniões sobre questões relevantes que não pode ser resolvido com o recurso a dados empíricos e a provas lógicas (se discordamos de uma observação sobre o clima, basta abriremos a janela; se discordarmos de uma demonstração matemática, basta realizarmos um novo cálculo). Encontramos essa dialética em todas as esferas da vida humana comum, de situações que ocorrem no mercado de frutas até no tribunal de justiça. O importante é que um desafio dialético, mesmo na atividade diária mais simples, cria exigências e expectativas que forcem o agente a avaliar tanto as credenciais justificacionais de suas próprias crenças quanto as credenciais justificacionais de seu interlocutor. O exame avaliativo é conduzido em relação às razões que a pessoa apresenta no domínio público epistêmico e que conflitam com razões opostas (apresentadas por seus interlocutores, oponentes ou pela própria pessoa).

O que significa, dentro de uma conversação, dizer que somos racionais? Deveria ser uma resposta simples: significa que falamos sobre algo (que nossas afirmações são verdadeiras ou falsas sobre algo), que queremos nos fazer entender e que esperamos entender o que as outras pessoas estão dizendo. Além desse contexto comum, me parece que a questão legítima da racionalidade perde seu sentido e se torna um assunto insondável.

Se nos engajarmos em uma conversa estruturada como um desafio dialético, *devemos* assumir o seguinte compromisso: em disputas e desacordos, apresentar razões a favor das próprias crenças e considerar razões contra elas *é a melhor coisa a fazer*. Para que isso aconteça, devemos supor que as pessoas envolvidas assumem ou reconhecem metas e objetivos epistêmicos comuns. É uma norma da conversa que sempre que se faz as perguntas “por que você acredita?”, “por que você faz isso?”, a pessoa deve dar uma resposta. De um ponto de vista normativo, podemos esperar que cada participante se comprometa a reconhecer que seu interlocutor também *pode* ter razões para apoiar crenças opostas.

## 6 As habilidades e competências requeridas para uma conversação

Quais são as virtudes que devemos exigir (ou esperar) de uma pessoa que ingressa numa conversação como tenho descrito até aqui?

Eu sugiro que as *habilidades e competências* epistêmicas para a conversação podem ser abordadas sobre dois aspectos: (A) algumas exigências epistêmicas para os participantes de uma conversação são competências linguísticas e outras são virtudes epistêmicas e (B) a moderação epistêmica provê a medida apropriada das próprias capacidades e limitações intelectuais de um agente epistêmico e é um elemento decisivo para que os participantes de uma conversa evitem vícios tais como a arrogância e a humilhação que obstaculizam a formação de crenças confiáveis.

De antemão, para que uma conversação possa ocorrer, estão excluídas todas as formas de *injustiça epistêmica*: os participantes não podem ser submetidos a injustiças hermenêutica e testimonial decorrentes de preconceitos de qualquer espécie e a formas viciosas de silenciamento (FRICKER, 2006).

Em muitos aspectos, ser um agente racional é poder não só ter atitudes doxásticas (como acreditar, conhecer e desejar) e também rever suas atitudes doxásticas (mas também suas emoções e seus desejos) e agir de acordo com suas melhores crenças. Como Stuart Hampshire (1965, p. 80) escreveu, um sujeito racional é um “autor responsável por suas crenças”. Quando, em contextos conversacionais, alguém diz “eu acredito *que p*”, “eu penso *que p*”, “eu desejo *y*”, essa crença, pensamento, desejo pertence a essa

pessoa; essa pessoa é o agente (autor) da atitude proposicional e tem uma “responsabilidade especial” que nenhuma outra pessoa tem. A crença, pensamento e desejo são uma expressão de suas relações com o mundo e com outras pessoas, não uma “mera sucessão de representações” (MORAN, 2001, p. 32).

Quando os filósofos se ocupam de “conhecimento”, tradicionalmente estão se dedicando a três tarefas: (a) explicar ou analisar a própria noção de “conhecimento”, (b) argumentar em que sentido uma crença está racionalmente justificada e (c) responder os argumentos céticos sobre se somos capazes de possuir conhecimento. Entretanto, além dessas três tarefas, há um problema que me parece ainda mais fundamental e que está em estreita relação com outras disciplinas filosóficas, como ética e psicologia moral: quase sempre, quando falamos de “conhecimento” ou “*que* uma pessoa conhece” estamos avaliando atitudes e realizações cognitivas das pessoas, como quando fazemos um elogio ou uma repreensão acerca de uma performance cognitiva dos nossos vizinhos, os modos de formação de suas crenças e as suas estratégias para defender as suas opiniões diante do desafio de seus interlocutores.

Podemos falar de *avaliação epistêmica* em relação a estados cognitivos, quando avaliamos a qualidade das crenças e outras atitudes, mas também em relação aos comportamentos, quando tratamos do modo como as pessoas formam e sustentam suas crenças. Christopher Hookway (2003, p. 198), por exemplo, declara que o foco principal da *avaliação epistêmica* são as *atividades de investigação* e de deliberação, quando as pessoas estão intencionalmente envolvidas no complexo trabalho de tentar descobrir alguma coisa, entender algo, encontrar a resposta para uma questão ou alcançar a verdade.<sup>5</sup> Investigações são atividades orientadas por objetivos (como o entendimento ou a verdade ou a eliminação da dúvida) e podem ser realizadas de modo satisfatório e competente ou realizadas de modo insatisfatório e incompetente. Para as pessoas que investigam é muito importante investigar bem e efetivamente, sujeitando seu trabalho investigativo a algum grau de controle e assumindo a responsabilidade sobre a boa ou a má condução desse trabalho.<sup>6</sup>

O que é necessário à pessoa para ser um bom investigador? Disposições e habilidades como *virtudes* têm um papel importante nas avaliações que utilizamos ao orientar investigações e manejar crenças. (HOOKWAY, 2003, p. 194). As virtudes intelectuais não seriam somente as habilidades e competências para capturar as informações disponíveis, seja pela percepção, memória ou inferência racional, mas também as habilidades e competências *para conduzir a busca por bens cognitivos e avaliar as próprias performances e realizações na interação dialógica com pares epistêmicos em situações de desacordo* (é o que ocorre, por exemplo, na prática científica).

Numa conversação, tal como descrita aqui, são indispensáveis requerer que a pessoa tenha as habilidades e competências para analisar criticamente os argumentos a favor e contra uma afirmação, a atitude de evitar deliberadamente os vícios intelectuais como a precipitação, a arrogância e a prática de injustiça epistêmica.

Um dos pressupostos da minha inclinação a ver na conversação um meio de uma investigação é que a suposição de que a autoavaliação realizada por um agente sobre as suas habilidades intelectuais é uma ação epistemicamente relevante e segura. Alessandra Tanessini, com o seu *The Mismeasure of the Self: A study in vice epistemology* (2021), mostra que frequentemente as pessoas não têm uma justa medida e um bom julgamento das suas habilidades e poderes epistêmicos. Tanesini (2021, p. 4-5) cita quatro casos: o *fatalismo* (quando uma pessoa avalia suas características intelectuais por sua capacidade de confirmar sua posição epistêmica resignada e pessimista em comparação com outras pessoas mais habilidosas), a *autossatisfação* (a pessoa é arrogante e tem uma atitude de autossatisfação em relação a

5 Há certos momentos em que é importante não sermos indiferentes ou não-conscientes sobre como devemos conduzir nossas investigações ou sobre a qualidade das nossas realizações cognitivas. E, de fato, no intercâmbio com outras pessoas, somos elogiados por nossos sucessos cognitivos e também criticados por nossos fracassos – e isso acontece mesmo que não sejamos plenamente conscientes de cada passo e aspecto da investigação e dos métodos que usamos para formar nossas crenças (HOOKWAY, 2003, p. 184).

6 A avaliação epistêmica não diz respeito apenas à avaliação do estado cognitivo atual do agente (p. ex. suas crenças atuais que podem estar justificadas ou ser um caso de conhecimento independente de ter acesso privilegiado à justificação), mas à avaliação das performances do agente que busca aplacar dúvidas, resolver problemas, encontrar a verdade.

si mesmo; está interessada principalmente em se sentir bem consigo mesma e reforçar seu elevado senso de autoestima), o *narcisismo* (o narcisista está apaixonado por si mesmo e não se importa se é merecedor da adulação que ele próprio faz a si mesmo) e *autodepreciação* (a pessoa que adota uma postura auto humilhante e, ao se comparar a outros, procura confirmar a má avaliação de suas habilidades feitas por aqueles que são preconceituosos em relação a ela).

Por isso, a conversação como meio de investigação requer aquilo que, na ausência de termo técnico melhor, eu chamo de *moderação*. A moderação intelectual envolve um exame crítico sobre a posição epistêmica e as capacidades que a pessoa tem relativamente à proposição alvo em disputa. A ideia central é que, enquanto o *orgulho* ou a *arrogância* intelectual pode levar à autoilusão acerca das próprias capacidades cognitivas, a moderação intelectual é caracterizada por uma *estimativa realista* das próprias capacidades e um reconhecimento da justa dependência epistêmica da pessoa em relação aos outros. A moderação evita os vícios que se encontram nos extremos das nossas inclinações, nem o extremo da humildade (como a autodepreciação), nem o extremo da arrogância e da injustiça epistêmica.

## 7 Os resultados epistêmicos esperados de uma conversação

Por fim, eu sugiro que os *resultados epistêmicos* esperados de uma conversação podem ser tratados assim: independentemente do resultado de uma conversação entre pares a partir de um desacordo, qualquer um deles (o conhecimento, o entendimento ou a mudança ou preservação da atitude epistêmica da pessoa ou ainda se se conclui afirmação de  $p$  ou a negação de  $p$  ou se se chega à suspensão do juízo) será uma *boa* realização que só poderia ser alcançada através da conversação e não através de outros meios.

O fato é que, considerado o desacordo, não podemos estabelecer, de antemão, qual será o resultado de uma conversação na qual os participantes continuam procurando um bem epistêmico. Através da conversação, em um trabalho cooperativo, as pessoas podem formar racional e conscientemente as melhores razões para acreditar que  $p$  ou para acreditar que não- $p$  ou para suspender o juízo.

Independentemente do que se deve fazer quando se tem consciência do desacordo numa conversação, o que a performance conversacional promove epistemicamente na pessoa? A resposta tem três pontas: (a) a pessoa pode afirmar que  $p$  com o aval de seus interlocutores que inicialmente não aprovavam essa afirmação; (b) a pessoa pode negar que  $p$  e assentir com seus interlocutores, contrariando sua crença de partida; e (c) a pessoa pode suspender o juízo. É estranho que os epistemólogos resistam a (c) como se esse fosse um artifício puramente especulativo. Acontece também que uma vez que alguém não logre encontrar a verdade ou elaborar uma teoria que suplante definitivamente as teorias rivais, podemos esperar ao menos que essa pessoa se torne alguém mais tolerante, razoável, sensível ao que se lhes aparece e, com isso, conduzir investigações e realizar feitos epistêmicos não dogmáticos; ela pode se tornar, sobretudo, uma pessoa que evita e combate o dogmatismo e os vícios morais e intelectuais que tornam a pessoa insensível à razoabilidade da diversidade de opiniões. Mesmo que o conflito não seja algo bem-vindo, inoportuno, sua chegada não pode ser simplesmente evitada e rechaçada.

Se alguém ingressa em uma conversa por causa de um desacordo, uma das opções é tomar uma atitude racional, caritativa, suspensiva e investigativa. Isso não é uma descrição de como as pessoas são, mas uma expectativa, uma demanda. O que realmente se destaca é que, caso a performance obedeça às exigências de uma conversação, *qualquer que seja o resultado que evite o dogmatismo será valioso* (epistemicamente valioso, moralmente valioso, humanamente valioso). Independentemente do resultado de uma conversação entre pares em torno de um desacordo, qualquer resultado (se a afirmação de  $p$ , se a negação de  $p$  ou se a suspensão do juízo), o conhecimento, o entendimento ou a mudança ou preservação da atitude epistêmica da pessoa será uma boa realização que só poderia ser alcançada através da conversação.

## 8 Considerações finais

Com essas considerações, eu tenho o único objetivo de abrir uma discussão sobre quatro aspectos que, na minha opinião, devem ser considerados em uma Epistemologia da Conversação: a) que o desacordo é um motivo relevante para a conversação; b) que a conversação é um meio ou método de investigação em casos de desacordo entre pares; c) que as virtudes esperadas dos participantes são virtudes epistêmicas; e d) que qualquer resultado de uma conversação realizará um bem epistêmico.

Este artigo, porém, não defende precisamente uma tese ou uma teoria. Ele deve ser lido como uma provocação para uma discussão que envolve vários temas de Epistemologia Social, como “justificação epistêmica”, “virtudes intelectuais”, mas também questões recentes em torno da epistemologia da política e da democracia uma vez que a *conversa* é o meio da política na democracia.

## 9 Agradecimentos

Versões preliminares deste ensaio foram apresentadas na *X Conferência de Epistemologia Social* (2021), no *Epistemata: Series of Conferences on Cognition and Rationality* promovido pelo Instituto de Filosofia da Universidade Nova de Lisboa (Portugal) (2022) e no Seminário do Grupo de Investigações Filosófica (CNPq) (2022). Agradeço as críticas e sugestões de Nuno Venturinha, José Medina, Sandy Godberg, Alessandra Tanesini, Breno Guimarães, Felipe Rocha e Daniel Ramos. Este texto é um dos produtos da pesquisa “Reflexão, Diálogo e Virtudes Epistêmicas: Uma Perspectiva Interpessoal sobre Reflexão” (Bolsa PQ, proc. no. 311816/2019-3). Ele foi escrito no meu estágio como Pesquisador Visitante do *Center for Contemporary Epistemology and the Kantian Tradition* (CONCEPT) da Universität zu Köln, Alemanha, com bolsa do CAPES-Print (processo nº 88887.568338/2020-00).

## Referências

- BRONCANO-BERROCAL, Fernando; CARTER, J. Adam. (eds.). *The epistemology of group disagreement*. New York; London: Routledge, 2021.
- CHRISTENSEN, David; LACKEY, Jennifer. *The epistemology of disagreement*. New York: Oxford University Press, 2013.
- COADY, C. A. J. *Testimony: A philosophical study*. New York: Oxford University Press, 1994.
- COLLINS, Stephanie. *Group duties: their existence and their implications for individuals*. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- CRAIG, Edward. *Knowledge and the state of nature: an essay in conceptual synthesis*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- EDENBERG, Elizabeth; HANNON, Michael. (eds.). *Political epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2021.
- FELDMAN, Richard; WARFIELD, Ted. *Disagreement*. New York: Oxford University Press, 2010.
- FRANCES, Bryan. *Disagreement*. Cambridge: Polity, 2014.
- FRICKER, Miranda. *Epistemic injustice: power and the ethics of knowing*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- GOLDBERG, Sanford C. *Assertion: on the philosophical significance of assertoric speech*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

- GOLDBERG, Sanford. C. *Conversational pressure*. Oxford: Oxford University Press, 2020.
- GOLDMAN, Alvin I.; WHITCOMB, Dennis (eds). *Social epistemology: essential readings*. New York: Oxford University Press, 2011.
- GRICE, H. Paul. *Studies in the way of words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.
- HAMPSHIRE, Stuart. *Freedom of the individual*. London: Chatto & Windus, 1965.
- HANNON, Michael; RIDDER, Jeroen de. *The Routledge Handbook of Political Epistemology*. New York; London: Routledge, 2021.
- HOOKEY, Christopher. How to be a virtue epistemologist. In: DEPAUL, M.; ZAGZEBSKI, L. (ed.). *Intellectual virtue: perspectives from ethics and epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 183-202.
- JOHNSON, Cassey R. (ed.). *Voicing dissent: the ethics and epistemology of making disagreement public*. New York, London: Routledge, 2018.
- LACKEY, Jennifer. *Learning from words: testimony as a source of knowledge*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- LACKEY, Jennifer; SOSA, Ernest (eds.). *The epistemology of testimony*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- LACKEY, Jennifer. *The epistemology of groups*. Oxford: Oxford University Press, 2021.
- MCKINNON, Rachel. *The norms of assertion: truth, lies, and warrant*. London: Palgrave Macmillan, 2015.
- MORAN, Richard. *Authority and estrangement: an essay on self-knowledge*. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2001.
- MORAN, Richard. *The exchange of words: speech, testimony, and intersubjectivity*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- SEARLE, John. *Expression and meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: communication and cognition*. Second Edition. Oxford, Cambridge, MA: Blackwell, 1995.
- TANESINI, Alessandra. *The mismeasure of the self: a study in vice epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2021.
- TANESINI, Alessandra; LYNCH, Michael P. (eds.). *Polarisation, arrogance, and dogmatism: philosophical perspectives*. New York, London: Routledge, 2021.
- WELBOURNE, Michael. The Community of Knowledge. *Philosophical Quarterly*, [s. l.], v. 31, n. 125, p. 302-314, 1981. DOI: <https://doi.org/10.2307/2219401>.